

Resenha bibliográfica 1

Economia brasileira: uma visão histórica

Neuhaus, Paulo (org.). *Economia Brasileira: Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. 416 pp.

EUSTÁQUIO JOSÉ REIS *

Economia Brasileira: Uma Visão Histórica reúne artigos sobre uma enorme variedade de temas da história econômica brasileira. Exceto por uma contribuição de demógrafos e duas outras de historiadores, as demais são assinadas por economistas. Apesar das contribuições que alguns dos artigos trazem para a pesquisa e o ensino da nossa história econômica, o livro deixa a desejar pelas deficiências e negligências no trabalho de organização e editoração.

No que se refere ao formato, chamam a atenção descuidos como a inexistência de informações sobre os trabalhos publicados, a falta de padronização na apresentação de bibliografias, referências bibliográficas e tabelas, erros tipográficos nos gráficos, símbolos e equações matemáticas, o tamanho desmesurado dos gráficos e tabelas em apêndices, etc. A impressão inescapável é que o organizador da coletânea limitou-se a juntar os artigos na forma em que foram recebidos. A bem da justiça, deficiências desse tipo são o "trivial correio" nas publicações brasileiras do gênero. Por isso mesmo, contudo, devem ser criticadas com maior ênfase ainda.

A organização da coletânea peca também pela aparente ausência de crítica na seleção de temas e artigos. Não pretendemos, por enquanto, discutir os problemas específicos a cada um dos artigos, mas

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

chamar a atenção para a falta de organicidade do conjunto, para a carência de denominadores comuns, que dariam sentido à imensa variedade de tópicos, períodos históricos, enfoques teóricos, metodologias. Essa variedade vem demonstrar não a “vitalidade da literatura corrente”, como pretende o editor, mas a falta de especialização, de comunicação e de profundidade e, portanto, a infertilidade dos debates. E, olhando-se pelo reverso, cabe notar que é exatamente em coletâneas como essa que se apresentam as melhores oportunidades para se estimular e orientar debates. Nesse sentido, infelizmente, o livro é uma *chance* desperdiçada.

Para uma primeira aproximação, podemos distinguir, de acordo com a perspectiva histórica adotada, dois tipos de artigos. Primeiro, aqueles que, independentemente do tópico ou objeto específico abordado, adotam uma perspectiva secular para a análise. Aqui encontramos cinco artigos que, grosso modo, sobre os últimos 100 anos da história brasileira, tratam de temáticas como o crescimento do produto (Claudio Haddad), as mudanças na estrutura demográfica (Douglas Graham e Thomas Merrick), o comportamento e as instituições monetárias (Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan), o comportamento do mercado de café (Carlos Manuel Peláez) e o papel do Estado na economia (Werner Baer). De autoria de Eulália Maria Lobo, um sexto artigo ainda desse tipo versa sobre a economia da Cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX.

O segundo tipo de artigo caracteriza-se por um período de análise historicamente mais bem delimitado. Nesse caso, encontramos abordagens de temas como escravidão (Pedro de Mello e Robert Slenes), a crise do Encilhamento (Maria Barbara Levy), a política econômica no período 1906/14 (Winston Fritsch) e as conseqüências da II Guerra Mundial para o setor externo da economia brasileira (Marcelo Abreu). Em termos genéricos, esse segundo grupo de artigos parece-nos melhor no que tange à qualidade do produto final. Em parte, a explicação talvez esteja nas possibilidades (exigências) que essa delimitação abre (supõe) em termos de métodos de pesquisa e análise e, conseqüentemente, de melhor definição dos próprios objetivos dos trabalhos. Mas vejamos mais detalhadamente os méritos e deméritos de cada uma das contribuições.

Abre a coletânea o trabalho de Claudio Haddad sobre o crescimento da economia brasileira no período 1900/76. Trata-se de uma extensão de trabalhos anteriores do autor. Suas contribuições em relação a esses são: primeiramente, uma reestimativa das séries de produto agrícola e, conseqüentemente, do produto total no período 1900/20; em segundo lugar, uma estimativa das séries da renda interna e do produto líquido a custo de fatores no período posterior a 1910. Além disso, o artigo apresenta uma comparação do crescimento secular da economia brasileira com os seguintes países: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Austrália. Essa comparação internacional implica, inevitavelmente, um questionamento dos próprios resultados de Haddad, uma vez que, segundo os dados apresentados, o crescimento *per capita* brasileiro teria sido significativamente maior que o dos demais países (diferenças acima de 0,85% nas taxas anuais de crescimento do produto), com exceção da Rússia e do Japão, ainda assim galhardamente ultrapassados. Constatariamos, portanto, que o chamado "milagre brasileiro" já é fenômeno de quase um século! Sendo as estimativas para os demais países de autoria de Kusnetz, é de se esperar que algum viés exista na metodologia empregada por Haddad. Sua própria justificativa, em termos de estimativas baseadas em períodos mais longos e, portanto, englobando fases de crescimento mais lento no caso dos demais países, é pouco convincente, sobretudo nos casos da Rússia e da Itália, cujas séries também se restringem ao presente século. A suspeita de viés se reforça com a observação feita pelo próprio autor de que, no período posterior a 1947 (ano em que se iniciam, não casualmente, nossas contas nacionais), verifica-se uma reversão na posição relativa do Brasil, contrariamente ao que seriam as expectativas "normais". Uma hipótese explicativa para o viés seria que a metodologia e/ou os dados de Haddad não permitem captar adequadamente os processos de mercantilização e monetização que, com maior intensidade que nos demais países, ocorrem no caso brasileiro. A necessidade e propriedade das críticas acima podem ser comprovadas pelo uso que, por exemplo, Peláez faz dessas séries em outro artigo incluído nessa mesma coletânea. Além desse problema,

poder-se-ia apontar pequenos deslizes de interpretação que, contudo, não chegam a diminuir a qualidade do artigo e sua relevância para os estudos de história econômica brasileira.

O segundo artigo é “População e Desenvolvimento no Brasil”, de autoria de Graham e Merrick. Baseado em grande parte em obra anterior dos autores, o trabalho pode ser considerado como um *survey* sobre uma ampla gama de temas econômico-demográficos. Dentro de uma perspectiva de longo prazo, são abordados o crescimento populacional e seus componentes, a escravidão e a imigração, a distribuição geográfica, a migração e a urbanização, a força de trabalho, a fecundidade e a mortalidade e, finalmente, a política populacional e as perspectivas demográficas para o futuro. Diante dessa variedade de aspectos, é natural que o artigo se restrinja a amplas generalizações, deixando de lado maiores pretensões analíticas e interpretativas. Conteúdo mais polêmico, no entanto, encontra-se nos dois últimos tópicos do artigo, que são reflexões independentes das análises antecedentes. Embora se apresentem um pouco confusas — em parte, talvez, pela não explicitação do sentido em que se emprega a expressão “macroeconômica” em diversas ocasiões — essas reflexões procuram enfatizar a necessidade de maior consciência das autoridades brasileiras em relação aos problemas e políticas demográficas. Mais especificamente, procuram chamar a atenção para as conseqüências que a complacência com altas taxas de natalidade e crescimento populacional teriam sobre a distribuição de renda através de suas implicações para a escolaridade, a dependência e a capacidade de ganho no ciclo vital, etc. É uma referência útil e relevante, sobretudo para leitores que pretendam uma visão panorâmica do assunto.

De autoria de Eulália Maria Lobo, “Economia do Rio de Janeiro nos Séculos XVIII e XIX” pretende, para o período em causa, analisar as funções econômicas da Cidade do Rio de Janeiro e, na época colonial, sua interação com a Metrópole. Apesar do interesse do tema e das potencialidades de análise, a publicação do artigo, no estágio em que se encontra, é algo precipitada. De fato, em termos de conteúdo, o artigo é carente de uma delimitação mais precisa de objeto e método e, formalmente, muito ainda pode ser feito para dar um tratamento mais sistemático aos dados.

Carlos Manuel Peláez contribui com dois artigos, ambos precários o bastante para servirem de exemplo daquilo que não deve ser feito quando procuramos aplicar teoria econômica às análises históricas (isto, aliás, serviria de justificativa para a inclusão desses artigos na coletânea, o que, de outro modo, não se entenderia). O primeiro, em co-autoria com Wilson Suzigan, pretende analisar o comportamento e as instituições monetárias brasileiras no período 1852/1972. Alguma pretensão de análise histórica, se é que tanto, fica relegada à primeira seção do trabalho, que ocupa não mais que uma página. Ainda assim, nesse curto espaço, encontraremos frases tão negligentes e sem sentido como “O fracasso na reforma dos mercados monetários foi um fator importante para o atraso a longo prazo no Brasil” (p. 161), ou então, falando a respeito do Banco do Brasil, “Desde sua fundação, esta instituição é responsável por quase um terço dos serviços bancários no Brasil, assim como pelo financiamento do déficit orçamentário e pela *inflação existente no país*” (p. 162, grifos nossos). O restante do artigo é um amontoado de exercícios econométricos em torno da equação quantitativa da moeda, que nada tem a ver com história econômica — nem com política monetária, como pretendem os autores. Assim, segue-se uma seção de análise de correlações, onde, acacianamente, confirma-se a “regularidade empírica de uma alta covariação entre moeda, renda nominal e preços... para um período de 110 anos de história do Brasil, com dados que foram estimados independentemente”, e conclui-se que “não é possível analisar cientificamente os problemas econômicos agregados do Brasil sem um exame cuidadoso dos fenômenos monetários” (p. 170). No demais, o artigo se dedica à análise de regressões para avaliar a efetividade (a definição fica a cargo do leitor) de uma programação monetária no caso brasileiro, partindo do pressuposto de que a dupla condição de ortogonalidade — entre oferta monetária e velocidade-renda da moeda e entre base monetária e multiplicador da oferta monetária — constitui a condição necessária para que isso seja possível. Esse pressuposto por si é questionável: teoricamente, podemos sempre supor que as interações e *feedbacks* entre oferta monetária e velocidade-renda e entre base monetária e multiplicador possam ser captadas em especificações mais complexas e, portanto, levadas em consideração na formulação da

política monetária. Mais importante, contudo, cabe questionar a relevância que teriam resultados de longo prazo para implementação da política monetária, um problema que é, essencialmente, de curto prazo.

De responsabilidade exclusiva de Peláez, o outro artigo, intitulado “Uma Análise da História Econômica do Café”, também nos parece bastante precário. A utilização de teoria econômica feita pelo autor demonstra um desconhecimento ou desentendimento de problemas básicos de nossa historiografia econômica, como também do instrumental teórico. Assim, a hipótese Singer-Prebisch de deterioração dos termos de intercâmbio nos é apresentada por Peláez como: “Diversos economistas... são de opinião que os *preços* de exportação dos produtos primários vêm há tempos declinando devido às baixas elasticidades, preço e renda da demanda” (p. 318, grifo nosso). Poder-se-ia pensar que a confusão entre preço e termos de intercâmbio fosse um problema de tradução ou mesmo um deslize passageiro sem maiores gravidades, mas a análise de equilíbrio parcial que aí se faz desmente, peremptoriamente, essas possibilidades. E, não bastasse isso, acaba por demonstrar que a queda de preços dos produtos primários não decorre de elasticidades-preço ou renda da demanda (aspectos que nem ao menos são cogitados), mas da inclinação negativa da curva de oferta a longo prazo desses produtos! Segue-se a apresentação de “um modelo padrão de dois países e dois produtos, perfeitamente competitivos”, no qual, *en passant*, ambos os países possuem poder de monopólio no mercado internacional. Por meio desse modelo, pretende-se aplicar à análise de questões históricas, sem maiores qualificações ou cuidados, abstratos conceitos de livros-texto, como, por exemplo, derivações *à la* Meade das curvas de oferta recíproca. O que se consegue demonstrar com esse exercício é o desconhecimento do autor de toda a vasta literatura teórica e histórica sobre as inter-relações entre comércio, crescimento e bem-estar. A segunda parte do artigo discute algumas evidências empíricas baseadas em grande parte nas séries de Haddad sobre o crescimento secular da economia brasileira, que discutimos anteriormente. A utilização dada é exatamente no sentido por nós criticado, ou seja, para mostrar que o Brasil apresenta, segundo as séries de Haddad, taxas de crescimento bem maiores que as dos

demais países. Essas comparações são, segundo ele, evidências contundentes contra as teses estruturalistas ou “convencionais”, como prefere Peláez: “A computação para o período de 1861 a 1970 mostra que o produto real *per capita* aumentou à taxa anual de 2,4%, o que é uma taxa muito alta de crescimento secular para uma variável real *per capita* e refuta a hipótese convencional” (p. 329). Neste caso, de acordo com o autor, observar-se-ia um fechamento do hiato, e não um aumento das desigualdades internacionais. (Como observação menor, vale a pena notar que para apresentar uma simples tabela de taxas de crescimento o autor tem que tecer comentários sobre métodos de estimação, estatísticas *t*, Durbin-Watson, etc. Como se vê, intencionalmente ou não, pode-se complicar as coisas mais simples!) O restante do artigo trata do comportamento a longo prazo do mercado de café no Brasil. Demonstrando uma vez mais um desentendimento básico dos temas que trata, o autor afirma: “Desta forma, o período histórico mais importante para a provável validade empírica da hipótese convencional é o de 1857 a 1906, quando o mercado era livre...” (p. 332). Fica patente nessa afirmação uma completa falta de entendimento do que sejam as condições históricas para as quais se formulou a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, independentemente do mérito que a ela seja creditado. A discussão e as formulações clássicas dessa teoria estão, obviamente, centradas nos problemas enfrentados pelas economias subdesenvolvidas no presente século e, o que é mais importante, advogam veementemente a sua própria historicidade (ou de qualquer outra teoria). Depois de uma incursão desnecessária, na medida em que ignorada logo a seguir, na geometria das tarifas ótimas, o trabalho finaliza com uma breve análise do programa de sustentação de preços do café brasileiro, onde são feitas afirmações como: “A manutenção de uma política de preços mínimos para a mais importante atividade econômica de um dado país durante um longo período é seriamente desaconselhável do ponto de vista de bem-estar econômico...” (p. 351) — afirmação que ainda está por ser demonstrada à luz da própria teoria das tarifas ótimas. Em suma, um artigo equivocado.

Fechando o conjunto de artigos com perspectivas seculares, temos, de autoria de Werner Baer, “O Extenso [*sic*] Setor Público Brasi-

leiro”. Trata-se de um trabalho sem maiores pretensões e profundidades em termos de pesquisa ou interpretação. Logo na introdução, a impressão que se tem é que o autor pretende, aprioristicamente, desculpar ou justificar a intervenção governamental, sem que esteja claro, contudo, porque, como, quando e para quem: “A atual predominância [*sic*] do Estado sobre a economia brasileira não resultou de um esquema cuidadosamente concebido. Ao contrário, esta predominância [*sic*] é o resultado de várias circunstâncias que, na maioria dos casos, forçaram o Governo a intervir cada vez mais no sistema econômico do país”. Impressões estão por definição sujeitas a equívocos, mas não cabe dúvida de que a afirmação carece de maior substância.

A primeira parte do trabalho é uma simples cronologia da expansão do setor público brasileiro, que, ressentindo-se da falta de critérios mais significativos, é feita, linearmente, em termos de décadas. *A vol d’oiseau*, são descritas para o período anterior a 1930 e para as quatro décadas entre 1930 e 1970 as principais iniciativas do Governo no que se refere à criação de empresas (inclusive as que resultam de decisões de estatização e/ou nacionalização), órgãos e instituições de política econômica. A tônica pouco indagativa dessa descrição é que a própria fraqueza do setor privado e, algumas vezes, questões de segurança explicam o fortalecimento do Estado.

Mais resumidamente ainda, a segunda parte pretende “verificar o grau de controle estatal a partir de diferentes formas quantitativas e qualitativas”. Com essa finalidade, temos uma página dedicada à função fiscal, meia página à regulamentação direta, uma ao Estado como banqueiro e financiador e duas páginas ao Estado como produtor.

No final, temos duas seções onde “a natureza *ad hoc* do crescimento do envolvimento do Estado...” é imputada “... à falta de estrutura analítica que explique a natureza e o funcionamento da economia capitalista do Estado brasileiro” (p. 406), e, a partir disso, são sugeridas perspectivas alternativas sobre o Estado. Na primeira temos que “... o Estado não passa de um complemento para as forças de mercado, apesar de sua preponderância, fazendo pouca diferença saber-se [*sic*] quem controla as alavancas da política econômica” (p. 406); na segunda, “a política do Estado serve aos inte-

resses dos industriais nacionais e estrangeiros, sendo amplamente controlada por eles” (p. 407); e, na terceira, “que os tecnocratas e empresários militares assumiram o controle do processo de alocação” (p. 407). O problema básico com essas alternativas “polares” é que, conforme o próprio autor reconhece, certamente elas não são excludentes e, talvez para uma análise mais rigorosa, nem mesmo alternativas de fato. Fechando o artigo são apresentadas sugestões de linhas de pesquisa futura.

O artigo parece-nos desnecessário e os pecados que o condenam estão, por um lado, na falta de contribuição empírica (os poucos dados apresentados são de *Visão* e, ainda assim, desatualizados) e, por outro, na carência de perspectivas analíticas mais convincentes e adequadas ao problema.

Vejamos agora o segundo conjunto de artigos, ou seja, aqueles por nós caracterizados por uma delimitação mais restrita de período e problemática histórica. O primeiro, de autoria de Pedro de Mello e Robert Slenes, intitulado “Análise Econômica da Escravidão no Brasil”, é estruturado em torno de duas questões básicas. A primeira, que, sob diferentes roupagens, necessariamente se coloca para os estudiosos do assunto, consiste na compatibilização da escravidão com um comportamento econômico racional ou um *ethos* capitalista por parte dos proprietários de escravos. Criticando postulações teóricas do tipo “a escravidão é intrinsecamente menos racional do que o trabalho livre”, os autores procuram, dentro da tradição cliométrica, trazer a questão para o plano empírico. Com o intuito de demonstrar a racionalidade econômica dos proprietários de escravos, argumentam, por um lado, que, no período 1850/88, mesmo as regiões ou segmentos da classe agrária ditos tradicionais (grosso modo, Vale do Paraíba e Nordeste) apresentam um mercado de escravos sensível às oportunidades de lucro; por outro, demonstram que as taxas internas de retorno para investimentos em escravos (calculadas a partir de dados amostrais para o Vale do Paraíba na década de 1870) apresentam-se iguais ou maiores do que as que seriam obtidas nas alternativas de investimento existentes. Além disso, na medida em que a abolição da escravidão, no prazo em que se dá, não era ainda parte do universo de expectativas, essa maior lucratividade relativa era, justificadamente, extrapolada para o longo

prazo. Dois pontos criticáveis seriam: a inexistência de uma explicação para a persistência de diferenciais de preços inter-regionais (e, portanto, de oportunidades de obtenção de lucros não exploradas) e a não apresentação, de forma explícita (ainda que em uma nota de pé de página), das hipóteses que estão subjacentes às cifras apresentadas. Dentro de uma perspectiva mais ampla, a segunda questão trata das implicações que a escravidão teria para o processo de desenvolvimento econômico. A discussão aqui é, necessariamente, mais fluida. Os autores procuram restringir a noção de desenvolvimento a conceitos como especialização, mercantilização e produtividade do trabalho, e a partir disso colocar em perspectiva crítica as formulações ingênuas da hipótese de que a escravidão representa um entrave ao desenvolvimento. Entretanto, concluem ambigualmente que “para a adversidade da escravidão ao desenvolvimento econômico há que procurar-se causas mais profundas, que levem em consideração os seus efeitos econômicos totais (diretos e indiretos) sobre a organização da sociedade” (p. 111). Ademais, as considerações que são feitas sobre o trabalho barato, antes do que a escravidão *per se*, como fator de retardamento do processo de desenvolvimento, parecem-nos criticáveis pelo escolasticismo, que impede uma visão mais globalizante das inter-relações lógicas e históricas entre os dois fenômenos.

Por fim, a partir dessas duas questões, os autores nos apresentam uma excelente análise das causas e significados da Abolição. Criticando as teses da inviabilidade demográfica da escravidão (mormente no que diz respeito à cronologia do processo abolicionista), propõem como hipótese alternativa que “o declínio da demanda por escravos e a desagregação da escravidão nos anos de 1880 são explicados pela grande ‘pressão abolicionista’ — ou seja, pelo impacto cumulativo da ideologia e política antiescravagista, exógena a esse setor — sobre a expectativa dos fazendeiros de café quanto ao futuro da instituição” (p. 116). Uma pequena falha na demonstração estaria na falta do suposto de que a Abolição era esperada sem ressarcimento. À guisa de conclusão, discute-se o imigracionismo do Oeste Paulista e seu caráter não liberal. Apesar dos pequenos senões, sem dúvida alguma é um excelente artigo.

O artigo que se segue é "O Encilhamento", de Maria Barbara Levy. O tema é fascinante e o trabalho de Levy uma contribuição importante para a historiografia econômica brasileira. O artigo, contudo, deixa a desejar por não ter rigorosamente definidas as questões que pretende responder. Após a Introdução, que poderia mapear melhor a literatura sobre o tema, na segunda seção é apresentada uma descrição literária do cenário do Encilhamento, baseada sobretudo em Machado de Assis. As duas seções que se seguem são uma cronologia detalhada de eventos político-econômicos que, de uma ou de outra forma, estiveram relacionados ao movimento especulativo que se observa nos dois anos que antecedem à crise do Encilhamento. A quinta seção é uma digressão sobre o pensamento econômico de Rui Barbosa. A sexta analisa o impacto da política de emissões lastreada em títulos da dívida pública sobre a estrutura de ativos financeiros da economia e sobre a capacidade de endividamento e capitalização do setor empresarial.

As seções seguintes descrevem a crise propriamente dita e os principais fatos da política econômica do período de 1892/1900. Finalmente, a contribuição primordial do artigo: uma análise empírica dos títulos cotados em Bolsa no período 1889/94. Essa análise tem, contudo, uma limitação básica: a inexistência de informações sobre a cotação ou valor das ações.

Pela precisão de objetivos e pelo cuidado com que se elabora a análise, a contribuição de Winston Fritsch, "Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906-14", constitui um dos pontos altos da coletânea e, sem dúvida, uma referência obrigatória para os estudiosos do assunto. O objetivo do artigo consiste na explicação do caráter cíclico do acelerado processo de crescimento econômico que se observa na década anterior à I Guerra Mundial. Seu foco está nas inter-relações entre as flutuações exógenas dos fluxos internacionais de comércio e investimento e a condução de políticas macroeconômicas de curto prazo, com especial ênfase nos aspectos monetários e cambiais. Subsidiariamente, a análise de motivações e efeitos da política econômica fornece elementos para uma avaliação do grau de autonomia do Estado frente aos interesses do setor cafeeiro, que traz como resultado a refutação de interpretações simplórias do Estado como mero comitê executivo.

Na primeira parte do artigo, é feita uma breve revisão da política econômica no período que vai da Proclamação da República até 1905, onde se demonstra, por um lado, a importância do *Funding Loan* na determinação dos destinos e efetividade da política deflacionária do período e, por outro, seus condicionantes fundamentalmente políticos: externamente, pelo reduzido poder de barganha frente aos banqueiros ingleses e, internamente, pelos objetivos, inerentes ao próprio Estado, de institucionalização e consolidação do regime.

Na segunda parte, discute-se a política econômica nas fases de expansão (1905/06 e 1909/12) e recessão (1907/08 e 1913/14) que caracterizam o período. Os temas básicos da análise são: as tensões entre Estado e setor cafeeiro em relação às questões de estabilização cambial e valorização do café, a criação da Caixa de Conversão e o conseqüente acoplamento da economia às regras do sistema monetário do padrão-ouro, bem como suas implicações para o caráter pró-cíclico das políticas de estabilização, a falência dos esquemas privados de valorização do café e as motivações essencialmente de estabilização cambial do apoio federal, as conseqüências do *boom* de 1909/12 em termos da ingerência do Executivo na política cambial e, finalmente, as adversidades do balanço de pagamento a longo prazo decorrentes do apego à ortodoxia.

Alguns detalhes críticos podem ser notados. Talvez por ser parte de um estudo mais amplo, o artigo, sobretudo na sua Introdução, deixa a desejar em termos de explicitação das hipóteses de trabalho. A Conclusão, contudo, é mais taxativa nesse aspecto, e, portanto, o leitor talvez se beneficie lendo-a em primeiro lugar. Por outro lado, em passagens específicas, como nas discussões dos impactos de certas medidas de política econômica, o texto se apresenta um pouco elíptico, dificultando o acompanhamento do raciocínio do autor. Pormenores como esse em nada diminuem a excelência do artigo.

Finalmente, o último artigo de nossa resenha é "A Economia Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: O Setor Externo", de autoria de Marcelo de Paiva Abreu. Seu objetivo básico consiste na análise das negociações dos acordos comerciais e de pagamentos firmados pelo Brasil com os Estados Unidos e a Inglaterra no período 1939/45 e das implicações que esses acordos tiveram para o desem-

penho da economia no período e suas perspectivas futuras. Trata-se de artigo da maior relevância, tanto por sua contribuição para o melhor entendimento do período, como por chamar a atenção para aspectos freqüentemente negligenciados, como os objetivos, condicionantes e mecanismos extramercado nas transações internacionais. Embora a importância desses aspectos se torne mais patente em períodos de desorganização das relações internacionais, sua análise nos dá lições válidas para outros períodos. Em dois aspectos, contudo, o artigo talvez pudesse ser criticado. Primeiro, na carência de uma tentativa de maior generalização e/ou divagação teórica e, depois, na ausência de uma Introdução que, explicitando as principais questões e contribuições do artigo, sem dúvida alguma facilitaria uma leitura crítica.

O artigo se inicia, um tanto bruscamente, por uma descrição da Missão Aranha em 1939, seus antecedentes e seus magros resultados. Segue-se uma análise dos dilemas de política cambial impostos pela II Guerra Mundial e das implicações desta em termos da estrutura de importações e exportações, que nos mostra o aumento de dependência em relação aos Estados Unidos. Analisa-se, além disso, o desempenho da economia. Apesar dos efeitos contraditórios da guerra (redução da concorrência das importações e restrições de oferta de matérias-primas e bens de capital), esse desempenho demonstra-se satisfatório quando comparado ao dos demais períodos. Na terceira seção, são discutidas as negociações em torno da dívida pública externa brasileira, questão em torno da qual claramente se demonstram as diferenças táticas e estratégicas dos dois maiores credores brasileiros: enquanto a Inglaterra trata de "liquidar ao melhor preço possível os seus interesses no Brasil", os Estados Unidos subordinam "seus interesses imediatos à sua estratégia enquanto parceiro hegemônico..." (p. 364). Segue-se uma análise das relações econômicas com os Estados Unidos, na qual se mostra, por um lado, a importância que tiveram os acordos de suprimento para a atenuação dos efeitos da guerra sobre a economia brasileira e, por outro, como a aproximação da paz leva a um endurecimento da posição norte-americana em todos os aspectos de nossas relações econômicas. Por fim, analisam-se as relações com o Reino Unido, as quais se desenvolvem "à luz da principal preocupação da política

econômica externa britânica do período: minimizar o custo imediato das importações necessárias ao esforço de guerra..." (p. 375). Concluindo, são feitas breves considerações sobre os desconfortos e vantagens para o Brasil da posição hegemônica adquirida pelos Estados Unidos no pós-guerra e sobre suas implicações para os desenvolvimentos políticos internos nos idos de 1945.